

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REFLEXÃO ACERCA DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-203>

Data de submissão: 15/10/2024

Data de publicação: 15/11/2024

Maria de Nazaré da Silva Moura

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0258798131817974>

E-mail: maria.202312422 @unilasalle.edu.br

Moana Meinhardt

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2860658973799001>

E-mail: moana.meinhardt@unilasalle.edu.br

Renan da Silva Bentes

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0425332027056834>

E-mail: reenan.bentes@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma pesquisa de abordagem qualitativa, intitulado “Formação inicial e continuada de docentes da Educação Básica: uma reflexão acerca das desigualdades educacionais no Brasil”. Tendo como objetivo identificar o nível de formação dos docentes da Educação Básica no Brasil. E investigou-se a seguinte problemática: será que a formação inicial e continuada está acessível a todos os docentes da Educação Básica em pleno exercício no Brasil? Quanto a metodologia o estudo utilizou-se de uma pesquisa documental, por meio da busca de documentos referentes ao Censo da Educação Básica do Brasil no site do Ministério da Educação -MEC e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, divulgados nos anos de 2020 e 2023. E foram encontrados 02 documentos contendo o resumo técnico do Censo da Educação Básica, relacionados aos anos de 2020 e 2023. Após análise, comparando o Censo de 2020 com o de 2023, os resultados demonstraram que houve um pequeno crescimento no nível de formação docente no Brasil, embora não deixe claro por qual meio estas formações foram adquiridas, se por instituição pública ou privada, assim torna-se quase imperceptível as desigualdades educacionais e a exclusão, referente a formação inicial e continuada de docentes da educação básica no Brasil.

Palavras-chave: Formação inicial e continuada de docentes, Educação Básica, Desigualdade educacional, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A formação docente é um processo contínuo na trajetória do educador, porém nem sempre este dispõe de recursos financeiros para adquirir formação em níveis mais elevados, pois as desigualdades sociais no Brasil são elevadas em várias áreas e estas alcançam também o campo educacional, pois é comum ver pessoas que trabalham durante o dia e a noite estudam em instituições privadas, pagando por um curso, buscando uma formação que seja está inicial ou continuada e essa realidade abrange muitos futuros e atuais docentes da Educação Básica no Brasil.

Observa-se que existem leis nas quais garantem formação inicial e continuada gratuitas. Mas será que estas estão sendo ofertadas com qualidade e quantidade suficientes para todos aqueles que necessitam e não têm recursos financeiros para pagar? Nesta indagação nasce o problema da pesquisa a ser investigado: será que a formação inicial e continuada está acessível a todos os docentes da Educação Básica em pleno exercício no Brasil?

Nesta perspectiva de elucidar tais questionamentos e identificar o nível de formação dos docentes da Educação Básica no Brasil, foi necessário primeiramente conhecer conceitos sobre desigualdades educacionais e também a trajetória das Diretrizes curriculares para a formação inicial e continuada de professores. Mas afinal o que é essa tal de desigualdade educacional? O que dizem os estudiosos do assunto? Garcia e Hillesheim (2017), tem a seguinte visão:

Por sua vez, as desigualdades educacionais, por constituírem uma expressão das desigualdades sociais, também são consideradas um importante parâmetro para a organização da política educacional. De modo geral, são referenciadas a partir do dimensionamento do número de analfabetos (absolutos e funcionais); do abandono escolar; dos índices de repetência; de anos de estudo; da qualidade do ensino, considerando as estruturas escolares e a formação dos profissionais da educação. (GARCIA E HILLESHEIM 2017, p. 134).

Neste contexto, observa-se que a desigualdade social é uma das matrizes geradoras da desigualdade educacional e quando está se reflete na formação docente compromete a qualidade da educação e o pensamento crítico do professor que não tem acesso a devida formação. E assim, segundo Demo, (2001, p. 320), o sistema não teme o pobre que tem fome. Teme o pobre que sabe pensar.

Considerando a educação um bem necessário ao ser humano prima-se por saber mais sobre o assunto e inicia-se verificando quem tem direito a educação de acordo com a Constituição Federal de 1988. E o referido documento determina:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil,1988).

Quanto a amplitude legal de educação segundo a Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 1º, afirma:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

Neste contexto, observa-se que o conceito de educação é muito amplo e abrange diversos processos formativos que se desenvolvem preferencialmente na escola. De acordo com Charlot (2006), a educação é um triplo processo de humanização, socialização e entrada numa cultura, singularização-subjetivação[...]. Sendo assim, ao refletir sobre os conceitos o processo educativo, constata-se que para educar é preciso primeiramente educar-se. E para tanto precisa-se formar educadores, ou seja, docentes com competências para tal processo de desenvolvimento do sujeito. Esse diálogo vai ao encontro das palavras mencionadas por Freire (1991), quando afirmou:

Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática. (FREIRE, 1991, p. 58).

Diante disso, ao analisar o cenário sobre formação docente, verifica-se que foram aprovadas algumas leis que direcionam a Formação de professores Inicial e Continuada no Brasil, dos quais destaca-se: a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 (Brasil, 2002), Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 (Brasil, 2015), Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019), Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020 (Brasil, 2020) e, recentemente, a Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024 (Brasil, 2024).

Tendo em vista as Leis que determinam a obrigatoriedade do poder público de prover formações de qualidade para professores, com intuito de conhecer o nível de formação docente, investigou-se o seguinte problema: será que a formação inicial e continuada está acessível a todos os docentes da Educação Básica em pleno exercício no Brasil? Para tanto, o estudo está organizado da seguinte maneira: primeiro capítulo apresenta-se a introdução, o segundo capítulo contempla a metodologia, terceiro capítulo demonstra-se os resultados, quarto capítulo as discussões. E por fim chega-se as conclusões finais do trabalho, aonde faz-se um breve comentário analisando os achados da pesquisa.

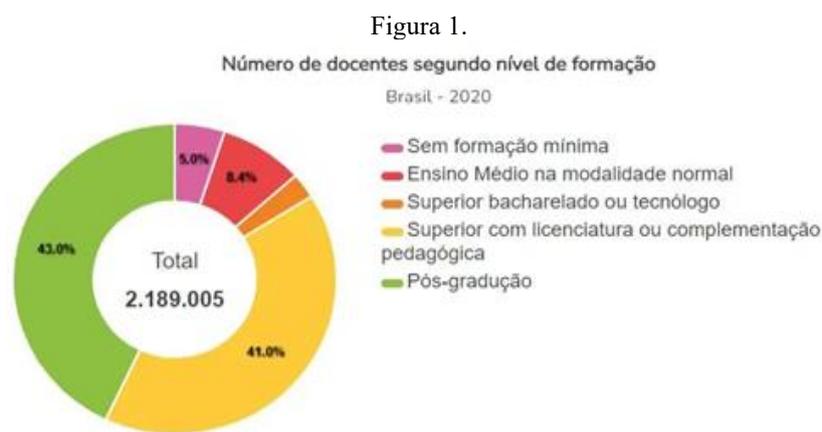
2 METODOLOGIA

O estudo utilizou -se de uma pesquisa documental, por meio da busca de documentos relativos ao Censo da Educação Básica do Brasil no site do Ministério da Educação da Educação-MEC e

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, divulgados nos anos de 2020 e 2023. E foram encontrados 02 documentos contendo o resumo técnico do Censo da Educação Básica, referentes aos anos de 2020 e 2023. E nestes pesquisou-se o nível de formação de docentes da Educação Básica no Brasil, e estes dados estão descritos nos resultados.

3 RESULTADOS

Neste capítulo apresenta-se os resultados da pesquisa demonstrando os dados encontrados em 02 documentos contendo o resumo técnico do Censo da educação básica no Brasil, referentes aos anos de 2020 e 2023, sobre a formação docente inicial e continuada, visando demonstrar o nível de formação dos docentes da Educação Básica do Brasil. Assim inicia-se apresentando dados sobre o número de docentes segundo o nível de formação nas figuras 1 e 2.

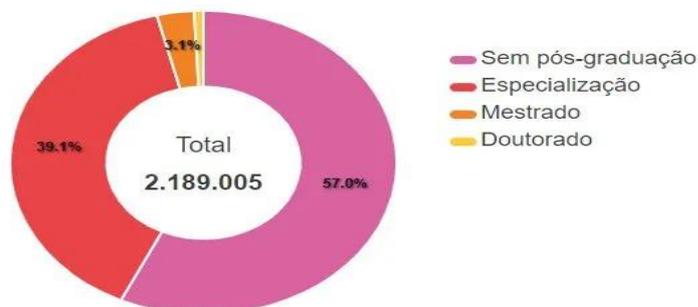


Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos Microdados do Censo da Educação Básica/INEP 2020.

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais da Plataforma de Mapeamento da Formação Docente-MAPFOR -Universidade Federal do Paraná (UFPR), a partir de Microdados do Censo da Educação Básica/ INEP (Brasil, 2020).

Ao analisar os dados encontrados no Censo da Educação Básica referente ao ano de 2020, depara-se com os resultados da pesquisa expostos no gráfico 1, quanto ao número de docentes segundo nível de formação em um total de 2.189.005 docentes, sendo sem formação mínima 5.0%, Ensino Médio na modalidade normal 8.4%, Superior com licenciatura ou complementação pedagógica 41.0%, Pós-graduação 43.0%.

Figura 2.
Número de docentes segundo nível de formação
Brasil - 2020



Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos Microdados do Censo da Educação

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais da Plataforma de Mapeamento da Formação Docente-MAPFOR -Universidade Federal do Paraná (UFPR), a partir de Microdados do Censo da Educação Básica/ INEP (Brasil, 2020).

No segundo gráfico figura 2, consta sem Pós-graduação Lato Sensu 57,0, com Especialização 39,1%, e com Pós- graduação Stricto Sensu-Mestrado ou Doutorado somente 3,1%.

Os resultados Censo da Educação Básica referente ao nível de formação dos docentes no Brasil, ano de 2023, estão dispostos no quadro 1.

Quadro 1. Censo da Educação Básica-(Brasil-2023). Níveis Escolares da Educação Básica e níveis de formação docente.

Níveis Escolares da Educação Básica	Somente nível médio ou inferior	Somente ensino médio normal/magistério.	Nível Superior completo	Pós- graduação Lato sensu, com especialização	Pós- graduação-Stricto Sensu-Mestrado ou Doutorado	Total de docentes atuando
Educação Infantil	8,4%	11%	80,7%	Não informado	Não informado	685 mil docentes
Anos Iniciais do ensino fundamental	4,9%	7,8%	87,3%	Não informado	Não informado	769.366 docentes
Anos finais do ensino fundamental	Não informado	Não informado	92,0%	Não informado	Não informado	774.395 docentes
Ensino Médio	4,0%	Não informado	96,0%	Não informado	Não informado	538.781 docentes

Fonte: Elaborado pela autora, de acordo o resumo técnico do Censo (Brasil-2023).

Segundo o resumo técnico do Censo da Educação Básica-(Brasil, 2023), consta que: a Educação Infantil teve um crescimento no percentual de docentes graduados com licenciatura atuando na educação infantil, passando de 73,3% em 2019 para 79,5% em 2023. Já o ensino fundamental – Anos finais, o percentual de docentes com formação superior em licenciatura aumentou 3,7% entre 2019 e 2023. Quanto ao Ensino médio, considerando os indicadores gerais por Unidade da Federação, os cinco maiores percentuais são observados em estados das cinco grandes regiões do País: Distrito

Federal (86,3%), Amapá (84,8%),Espírito Santo (84,1%), Paraná (83,3%) e Rio Grande do Norte (79,9%). (Brasil, 2023).

Em uma visão geral o percentual de docentes com pós-graduação subiu de 41,3% em 2019 para 47,7% em 2023. E o percentual de docentes com formação continuada também apresentou elevação, saindo de 38,3% em 2019, para 41,3% em 2023, (Brasil, 2023).

4 DISCUSSÃO

Diante do exposto, depara-se com uma realidade preocupante e fazendo uma breve reflexão e possível observar um certo grau de desigualdade educacional no que diz respeito a formação de docentes no Brasil. E os resultados obtidos responde ao problema da pesquisa que se refere ao questionamento: será que a formação inicial e continuada está acessível a todos os docentes da Educação Básica em pleno exercício no Brasil? Não, pois segundo os dados dos resumos técnico dos Censos dos anos pesquisados, ainda tem docentes sem formação mínima.

Sendo assim, é perceptível que a formação inicial e continuada, principalmente a nível Lato Sensu e Stricto Sensu, não estão acessíveis a todos os professores da Educação Básica em exercício no Brasil. Pois os resultados do Censo-2020, revelam que 57. % dos docentes não tinha Pós-graduação Lato Sensu e somente 3.1%, tinham a Stricto Sensu ou seja eram mestres ou Doutores. Sendo que em 2019 os dados referentes ao número de docentes com formação continuada a nível Lato Sensu eram de 41,3% e subiu para 47,7% em 2023. (Brasil, 2023). Porém o número de docentes com formação continuada a nível Stricto Sensu em 2023 não foram localizados.

5 CONCLUSÃO

Diante disso, é perceptível que é necessário fomentar a formação inicial e continuada para os docentes da Educação Básica do Brasil, pois sem qualificação não tem como o profissional da educação prepara-se para desempenhar múltiplas tarefas simultaneamente em contextos práticos pedagógicos e embora a formação gratuita seja um direito garantido ao docente por força da lei, estes por algumas vezes lhes são negados, então buscando capacitar-se para enfrentar os diversos desafios cotidianos, alguns professores no Brasil, investem recursos financeiros próprios em cursos de Formação Continuada, promovidos por instituições privada, principalmente as formações a nível Stricto Sensu. Assim sendo, mesmos amparados pelas leis, alguns docentes não tem tanto acesso a formação inicial e continuada como deveria.

Portanto, visando amenizar estes descasos com os docentes é preciso que as políticas públicas de formação de professores, tanto inicial, quanto continuada, sejam cumpridas na sua integralidade,

em respeito à sociedade como um todo, visando a qualidade da educação no Brasil. Sendo assim, para acompanhar a evolução desse processo se faz necessário futuramente fazer um novo estudo para verificar se houve mudanças no cenário educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília-DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2002. BRASIL. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015>. Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=77781%E2%80%9D>. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Brasília-DF, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>. Acesso em : 01 nov. 2024

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução. CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Brasília-DF, 2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category=junho-2024&Itemid=30192. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *resumo_tecnico_censo_escolar-2020-2023*. Brasília: Inep. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>. Acesso em: 01 nov. 2024.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área do saber. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v.11, n.31, p. 7-18, jan /abr. 2006.

DEMO, Pedro. Conhecimento e Aprendizagem: atualidade de Paulo Freire. In: TORRES, Carlos (Org.) Paulo Freire e a Agenda da Educação LatinoAmerica na no Sec. XXI. Buenos Aires: CLACSO, 200.

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1991.

GARCIA, A. V. & HILLESHEIM, J. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 131-147, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/s4Z4xXszc389JhTJKvr7kXv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2024.

Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mapeamento da Formação Docente- MAPFOR. Paraná PR. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/mapfor-brasil/>. Acesso em: 13. out. 2023.